

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, destinados ao atendimento da alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino do município de Barão de Cocais/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	QTDE	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
01	463547	Chocolate Tipo: Preto Apresentação: Pó Sabor: Tradicional Característica Adicional: 50 % Cacau Apresentação: Embalagem de 500g.	UNID	2.000	R\$ 41,42	R\$ 82.840,00
02	608909	Aveia Beneficiada Classe: Branca Apresentação: Farelo Presença De Glúten: Não Contém Glúten Apresentação: Embalagem 500g	UNID	550	R\$ 9,31	R\$ 5.120,50
03	294021	Biscoito Sabor: Maizena Características Adicionais: Isento De Soja E Corantes Artificiais Classificação: Doce Aplicação: Alimentação Humana Prazo Validade: Mínimo 6 Meses Embalagem mínimo de 350g	UNID	19.000	R\$ 4,27	R\$ 81.130,00
04	460235	Biscoito Sabor: Salgado Tipo: Cream Cracker Características Adicionais: Integral E Sem Recheio Embalagem Mínimo: 350g	UNID	13.200	R\$ 4,62	R\$ 60.984,00
05	465332	Farinha De Trigo Grupo: Industrial Tipo: Tipo 1, especial Ingrediente Adicional: Sem Fermento Pacotes de 01kg.	KG	1.100	R\$ 4,62	R\$ 5.082,00
06	481031	Fermento Tipo: Biológico Seco Apresentação: Pó Composição: Saccharomyces Cerevisiae Embalagem de 10g.	UNID	2.200	R\$ 1,95	R\$ 4.290,00



07	625251	Biscoito Sabor: Amanteigado Tipo: Amanteigado Ingredientes: Farinha De Trigo, Manteiga, Açúcar Embalagem: Pacote de 280g	UNID	6.600	R\$ 7,06	R\$ 46.596,00
08	279262	Milho de Canjica Tipo: Grão Aplicação: Mungunzá (Canjica) Pacotes de 500g	UNID	550	R\$ 4,54	R\$ 2.497,00
09	636389	Oleaginosa Tipo: Amendoim Apresentação: Torrada Adicional: Sem Casca, Sem Sal Pacotes de 500g	UNID	550	R\$ 8,93	R\$ 4.911,50
10	326330	Farinha Quibe Composição: Grãos De Trigo Selecionados E Moidos Tipo: Crú Pacotes de 500g	UNID	1.100	R\$ 5,49	R\$ 6.039,00
11	465693	Amido Base: De Mandioca Grupo: Tapioca Subgrupo: Goma Características Adicionais: Massa Hidratada Para Tapioca, Sem Sabor Pacotes de 500g	UNID	550	R\$ 5,54	R\$ 3.047,00
12	460403	Pão Base: De Farinha De Trigo Integral Tipo: De Forma Apresentação: Fatiado Tipo Embalagem: Embalagem Individual – Peso Mínimo 400g	UNID	16.500	R\$ 8,13	R\$ 134.145,00
13	458965	Macarrão Teor De Umidade: Massa Seca Base Da Massa: De Sêmola/Semolina Apresentação: Ave Maria/Pai Nosso Pacotes de 500g	UNID	2.200	R\$ 3,06	R\$ 6.732,00
14	480340	Macarrão de Arroz Teor De Umidade: Massa Seca Base Da Massa: De Arroz Apresentação: Penne Presença De Glúten: Não Contém Glúten Pacotes de 500g	UNID	880	R\$ 5,17	R\$ 4.549,60
15	481086	Polvilho Azedo Amido Base: De Mandioca Grupo: Fécula Subgrupo: Pó Acidez: Polvilho Azedo Aspecto Físico: Tipo 1 Pacotes de 1 KG	UNID	880	R\$ 9,34	R\$ 8.219,20



16	258358	Côco Ralado Ingredientes: Amêndoa De Côco Apresentação: Desidratado E Triturado Características Adicionais: Desengordurado E Desidratado Aplicação: Alimentação De Pessoal Pacotes de 100g.	UNID	1.100	R\$ 4,43	R\$ 4.873,00
17	463556	Achocolatado Apresentação: Pó, Sabor: Tradicional, Característica Adicional: Enriquecido Com Vitaminas. Embalagem de 01kg	UNID	1.000	R\$ 12,03	R\$ 12.030,00
18	458904	Arroz Beneficiado Tipo: Agulhinha/Branco , Subgrupo: Polido, Classe: Longo Fino, Qualidade: Tipo 1 – Embalagem de 05kg	UNID	4.400	R\$ 22,51	R\$ 99.044,00
19	402544	Biscoito Sabor: Leite, Tipo: Rosquinha – Embalagem de 500g	UNID	6.600	R\$ 5,78	R\$ 38.148,00
20	459670	Massa De Tomate Tipo: Extrato Concentrado , Composição: Tradicional, Apresentação: Creme – Embalagem de 500g	UNID	1.540	R\$ 7,92	R\$ 12.196,80
21	460265	Farinha De Trigo Grupo: Doméstico, Tipo: Tipo 1, Especial, Ingrediente Adicional: Com Fermento , Fortificada Com Ferro E Ácido Fólico – Embalagem de 01kg	KG	2.000	R\$ 4,29	R\$ 8.580,00
22	464553	Leguminosa Variedade: Feijão Carioca , Tipo: Tipo 1 – Embalagem de 01kg	KG	9.900	R\$ 6,25	R\$ 61.875,00
23	464552	Leguminosa Variedade: Feijão Preto , Tipo: Tipo 1- Embalagem de 01kg	KG	3.300	R\$ 5,62	R\$ 18.546,00
24	459002	Macarrão Teor De Umidade: Massa Pré-Co-zida, Base Da Massa: De Farinha De Trigo, Ingredientes Adicionais: Com Ovos, Tipo: Fresca, Apresentação: Espaguete . Embalagem de 500g	UNID	2.200	R\$ 3,03	R\$ 6.666,00
25	459001	Macarrão Teor De Umidade: Massa Seca, Base Da Massa: De Farinha De Trigo, Apresentação: Letrinhas . Embalagem de 500g.	UNID	2.640	R\$ 4,95	R\$ 13.068,00
26	458993	Macarrão Teor De Umidade: Massa Seca, Base Da Massa: De Trigo Grano Duro, Apresentação: Parafuso . Embalagem de 500g.	UNID	2.200	R\$ 3,16	R\$ 6.952,00



27	461092	Sal Tipo: Refinado, Aplicação: Alimentícia, Teor Máximo Sódio: 390 MG/G, Aditivos: Iodato De Potássio E Antiumectante Ferrocianeto De – Embalagem de 01kg	UNID	1.100	R\$ 1,84	R\$ 2.024,00
28	340581	Vinagre Matéria-Prima: Maçã , Tipo: Aromático, Acidez: 4,20 PER, Aspecto Físico: Líquido, Aspecto Visual: Limpido E Sem Depósitos – Embalagem de 750 ml	UNID	550	R\$ 5,91	R\$ 3.250,50
29	295546	Adoçante Aspecto Físico: Líquido , Ingredientes: Estévia, Prazo Validade: 3 ANOS, Tipo: Dietético, Características Adicionais: Bico Dosador – Frasco 80mL	UNID	110	R\$ 10,69	R\$ 1.175,90
30	463707	Batata Processada Espécie: Inglesa, Tipo Formato: Palha , Tipo: Frita, Apresentação: Pronto Para Consumo – Embalagem de 500g	UNID	2.200	R\$ 12,07	R\$ 26.554,00
31	464002	Bombom Cobertura: Chocolate Preto, Recheio: Com Recheio, Sabor: Castanha De Caju – Pacote de 1kg	UNID	2.200	R\$ 55,13	R\$ 121.286,00
32	459072	Farinha De Milho Grão: Amarelo, Tipo: Canjiquinha/ Xerém , Característica Adicional: Transgênico – Embalagem de 500g	UNID	660	R\$ 2,29	R\$ 1.511,40
33	458920	Farinha De Mandioca Grupo: Seca, Subgrupo: Branca Torrada, Classe: Fina, Aspecto Físico: Tipo 1, Acidez: Baixa Acidez – Embalagem de 1kg	UNID	1.650	R\$ 5,58	R\$ 9.207,00
34	459012	Farinha De Milho Grão: Amarelo, Tipo: Fubá Mimoso , característica Adicional: Transgênico, Ingrediente Adicional: Fortificada Com Ferro e Ácido Fólico – Embalagem 1kg	UNID	550	R\$ 2,92	R\$ 1.606,00
35	446384	Manteiga Tipo: Extra, Composição: Com Sal – Pote 500g	UNID	1.100	R\$ 23,22	R\$ 25.542,00
36	462824	Legume Em Conserva Tipo: Milho Verde – Lata 300g	UNID	2.200	R\$ 3,61	R\$ 7.942,00
37	297483	Proteína Texturizada Soja Apresentação: Flocos , Aspecto Físico: Desidratada – Pacote de	UNID	1.100	R\$ 6,84	R\$ 7.524,00



		400g				
38	449005	Peixe Em Conserva Variedade: Sardinha , Apresentação: Filé, Meio De Cobertura: Com Óleo Comestível – Lata 250g	UNID	1.650	R\$ 9,97	R\$ 16.450,50
39	463692	Óleo Vegetal Comestível Tipo: Puro, Espécie Vegetal: Soja , Tipo Qualidade: Tipo 1 – Embalagem 900mL	UNID	3.300	R\$ 7,81	R\$ 25.773,00
40	447375	Leite Em Pó Origem: De Vaca, Teor Gordura: Integral, Solubilidade: Instantâneo, Tipo Restrição: Zero Lactose – Embalagem 400g	UNID	550	R\$ 25,70	R\$ 14.135,00
41	459637	Leite Em Pó Origem: De Vaca, Teor Gordura: Integral , Solubilidade: Não Instantâneo – Embalagem 01kg	UNID	11.000	R\$ 38,50	R\$ 423.500,00
42	448997	Peixe Em Conserva Variedade: Atum , Apresentação: Pedacos, Meio De Cobertura: Com Óleo Comestível - Lata de 170g	UNID	1.650	R\$ 11,33	R\$ 18.694,50
43	463872	Condimento Tipo: Canela , Apresentação: Pó Embalagem de 50g	UNID	110	R\$ 7,58	R\$ 833,80
44	463904	Condimento Tipo: Louro , Apresentação: Folha Embalagem de 50g	UNID	220	R\$ 4,40	R\$ 968,00
45	463916	Condimento Tipo: Orégano , Apresentação: Desidratado - Embalagem de 50g	UNID	220	R\$ 5,66	R\$ 1.245,20
46	478564	Biscoito Sabor: Salgado , Características Adicionais: Sem Recheio, Tipo: Bolacha , Ingredientes: Arroz Integral , Sal – Embalagem de 150g	UNID	550	R\$ 11,43	R\$ 6.286,50



47	482917	Biscoito Sabor: Água E Sal, Características Adicionais: Assado, Tipo: Bambolê , Ingredientes: Polvilho Azedo , Água, Óleo, Ovos E Sal Embalagem de 200g.	UNID	550	R\$ 9,39	R\$ 5.164,50
VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ITENS						R\$ 1.458.835,40

1.1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 247, de 01º de setembro de 2023.

1.1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.3.1. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços, seguirá o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.4. A Ata de Registro de Preços e/ou Contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, oferecem maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar, a oferta da Merenda Escolar consiste no fornecimento obrigatório e regular de gêneros alimentícios não perecíveis, destinados à alimentação dos alunos da rede pública de ensino, durante todo o período letivo, em conformidade com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, e regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020, garantindo a execução contínua do Programa Nacional de Alimentação Escolar e o cumprimento do cardápio planejado pelo nutricionista responsável.

2.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis destinados a alimentação escolar fornecida aos alunos regularmente matriculados nas unidades da Rede Municipal de Ensino. A medida tem como finalidade assegurar a continuidade e a regularidade do fornecimento de refeições durante o período letivo, garantindo o atendimento às necessidades nutricionais dos estudantes, em consonância com as políticas públicas voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar.



2.3. A oferta de alimentação adequada e saudável no âmbito escolar constitui direito dos estudantes e instrumento fundamental de promoção da saúde, do crescimento e do desenvolvimento integral, além de representar importante fator de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a melhoria do rendimento escolar, para a redução da evasão e para a permanência dos alunos nas unidades de ensino. Nesse contexto, a alimentação escolar assume papel estratégico no atendimento às demandas nutricionais dos educandos, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade social.

2.4. A execução da política pública de alimentação escolar no município ocorre em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O referido programa tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, por meio da oferta de alimentação adequada e da realização de ações de educação alimentar e nutricional.

2.5. Dessa forma, a aquisição dos gêneros alimentícios não perecíveis mostra-se imprescindível para garantir a adequada composição dos cardápios planejados pelo setor de nutrição responsável pela alimentação escolar, assegurando refeições nutricionalmente equilibradas, variadas e em quantidade suficiente para atender à demanda das unidades escolares da rede municipal. Ressalta-se que tais produtos possuem maior prazo de validade e melhores condições de armazenamento e distribuição, contribuindo para a eficiência logística, o planejamento das compras públicas e a otimização dos recursos administrativos.

2.6. Adicionalmente, a presente contratação visa assegurar o pleno funcionamento do programa de alimentação escolar no âmbito municipal, evitando descontinuidade no fornecimento de refeições aos alunos, o que poderia comprometer a execução das atividades pedagógicas e o cumprimento das políticas públicas educacionais. Assim, a aquisição pretendida revela-se medida necessária e indispensável para garantir a manutenção da qualidade e da regularidade da alimentação escolar ofertada pela Secretaria Municipal de Educação.

2.7. O Município de Barão de Cocais, para executar suas atividades e programas de alimentação escolar, necessita adquirir gêneros alimentícios destinados aos alunos da rede municipal de ensino, abrangendo todas as escolas e unidades educacionais. O objetivo principal é garantir a oferta de uma alimentação saudável e adequada, contribuindo para o desenvolvimento físico, cognitivo e social dos estudantes, além de promover o direito à educação com qualidade. A aquisição se faz necessária para atender as demandas mensais das unidades escolares. Estando o Município em plena tarefa de prestação do serviço público de educação, com o objetivo maior de atender os programas governamentais de merenda escolar e assegurar a nutrição adequada aos alunos, torna-se indispensável a contratação para aquisição do objeto deste procedimento.

2.8. Assim, considerando que a Administração Pública tem por finalidade básica planejar e executar políticas educacionais e de alimentação escolar, com especial atenção às



necessidades dos estudantes, e por não possuir armazenamento de produtos e nem abastecimento próprio, busca primordialmente meios que viabilizem a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar, de modo a suprir as demandas das unidades de ensino, garantindo a continuidade das ações previstas em sua competência legal.

Previsão da contratação

2.9. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 conforme detalhamento a seguir:

- ✓ ID PCA no PNCP: 18317685000160-0-000001/2026
- ✓ Data de publicação no PNCP: 04/06/2025 (Última atualização: 21/10/2025)
- ✓ Identificador da Futura Contratação: 984107-142/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar, trata-se de contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios não perecíveis, destinados à alimentação escolar dos alunos da rede pública municipal de ensino, durante o ano letivo, que será realizada por meio da modalidade pregão, na forma eletrônica, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP).

3.2. A adoção do SRP justifica-se pela necessidade de aquisições frequentes e parceladas, permitindo maior eficiência, economicidade e planejamento nas contratações, evitando a realização de múltiplos certames ao longo do exercício. Além disso, o sistema possibilita padronização dos itens, redução de custos operacionais e atendimento contínuo da demanda da Secretaria Municipal de Educação.

3.3. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base nos dados históricos de consumo referentes aos exercícios de 2024 e 2025, período em que a unidade escolar atendeu, em média, aproximadamente 3600 alunos, incluindo estudantes da creche e turmas em período integral.

3.4. Considerando a necessidade de garantir o adequado atendimento da demanda durante toda a vigência contratual, bem como a expectativa de crescimento no número de matrículas, aplicou-se um acréscimo técnico de 10% sobre a média histórica apurada, como medida preventiva para evitar desabastecimento e assegurar a continuidade do fornecimento.

3.5. A metodologia adotada considera parâmetros objetivos, baseados no histórico de consumo e na projeção de crescimento da demanda, observando os princípios do planejamento, eficiência e economicidade, garantindo que os quantitativos estimados sejam compatíveis com a real necessidade da Administração.



3.6. A listagem completa dos itens e suas especificações pormenorizadas encontram-se disponíveis na tabela contida no subitem 1.1. deste Termo de Referência.

3.7. O material da embalagem com contato direto com o produto, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente.

3.8. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação empresas especializadas no ramo, devidamente regulamentadas e autorizadas pelos órgãos competentes, conforme legislação vigente e exigências contidas no edital, com experiência na execução de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto descrito, devidamente comprovada através do objeto do contrato social da empresa. As propostas devem atender aos requisitos mínimos de classificação exigidos no edital e apresentar todos os documentos exigidos para habilitação.

Sustentabilidade

4.2. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, pelas razões apresentadas no Estudo Técnico Preliminar:

4.3.1. É vedada a subcontratação de empresa para o fornecimento do objeto do contrato, nos termos do art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021. Considerando que o fornecimento de bens exige responsabilidade direta do fornecedor quanto à qualidade, à rastreabilidade e ao controle sanitário dos gêneros alimentícios entregues, não sendo recomendável a delegação a terceiros, sob pena de comprometimento da segurança e da conformidade do objeto contratual.

Da exigência de amostra

4.4. **PODERÁ ser solicitada amostra dos produtos das empresas classificadas provisoriamente em primeiro lugar.**

4.5. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, deverá apresentar amostra, **caso esta seja solicitada pela**



Administração, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.6. As amostras deverão ser entregues no Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Padre Mauro Faria, nº 290, bairro Viúva, Barão de Cocais/MG, CEP 35970-000, **no prazo limite de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da **CONVOCAÇÃO** pelo (a) Pregoeiro (a), **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6.1. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado através do chat ou do e-mail agentecontratacao@baraodecocais.mg.gov.br, antes de findo o prazo.

4.7. As amostras deverão estar devidamente identificadas com o nome da empresa, número do processo licitatório e descrição do item.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1. Conformidade com as especificações técnicas;

4.9.2. Qualidade sensorial (aspecto, cor, odor e, quando aplicável, sabor);

4.9.3. Integridade e adequação da embalagem;

4.9.4. Prazo de validade;

4.9.5. Atendimento às normas sanitárias vigentes;

4.10. A análise das amostras será realizada por comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, composta pela nutricionista responsável pelo Programa de Alimentação Escolar e servidores do Setor de Alimentação Escolar.

4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.13. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.14. **As amostras aprovadas poderão ser retidas pela Administração como padrão de qualidade para fins de comparação durante a execução contratual.**



Apresentação de catálogo ou ficha técnica

4.15. O fornecedor deverá apresentar catálogo ou ficha técnica dos produtos, **caso solicitado**.

4.16. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar CATÁLOGO OU FICHA TÉCNICA dos produtos, **caso este seja solicitado pela Administração**, no prazo de 02 (duas) horas, contados a partir da CONVOCAÇÃO pelo(a) Pregoeiro(a), para análise da conformidade do produto ofertado com a descrição exigida.

4.16.1. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.17. Os catálogos deverão ser encaminhados via sistema, exclusivamente por meio do endereço eletrônico compras.gov.br.

4.18. Em caso de impossibilidade devidamente comprovada, será possível o encaminhamento dos catálogos nos seguintes e-mails institucionais:

✓ alimentacoescolar@educacao.baraodecocaismg.gov.br

✓ agentecontratacao@baraodecocaismg.gov.br

4.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.20. A proposta será desclassificada se o catálogo não for apresentado dentro do prazo estipulado ou será reprovado se apresentado fora das especificações solicitadas.

4.21. Se o(s) catálogo(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) catálogo(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

Garantia Contratual

4.22. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões apresentadas no Estudo Técnico Preliminar:

4.22.1. Não será exigida garantia contratual, considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns, com execução imediata mediante entrega.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.23. Apesar de o art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 prever a possibilidade de reserva de até 25% do objeto para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), a aplicação da referida cota, no presente caso, mostra-se tecnicamente inviável.



4.24. A contratação em análise envolve o fornecimento de itens que demandam padronização rigorosa, com entrega contínua, uniforme e integrada, de modo a assegurar a qualidade, a rastreabilidade, o controle sanitário e a homogeneidade dos produtos ao longo de toda a execução contratual.

4.25. Considerando os valores estimados individualmente para os itens que compõem o objeto, verifica-se que a maior parte deles se enquadra na hipótese de participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.26. A exceção restringe-se aos itens abaixo indicados, os quais não serão licitados sob a sistemática de exclusividade. Registre-se que, embora alguns desses itens apresentem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 — situação que, em tese, poderia atrair a incidência da cota reservada prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 —, a adoção dessa medida não se mostra tecnicamente adequada no caso concreto.

4.27. Enquadram-se nessa situação, exemplificativamente, os seguintes itens:

01 – Chocolate em pó, 50% cacau, 500g;

03 – Biscoito maizena, mínimo 350g;

12 – Pão de forma, integral, 400g;

18 – Arroz branco, agulhinha, 5kg;

31 – Bombom castanha de caju, 1kg;

41 – Leite em pó, não instantâneo, 1kg.

4.28. Especificamente, a eventual divisão do objeto em cotas poderá acarretar, de forma concreta:

4.28.1. Risco de descontinuidade no abastecimento, em razão da necessidade de coordenação entre múltiplos fornecedores;

4.28.2. Comprometimento da padronização dos produtos, com possibilidade de variações de composição, especificações técnicas e processos produtivos;

4.28.3. Dificuldades no controle de qualidade e rastreabilidade, especialmente em itens que exigem uniformidade de lote e procedência.

4.28.4. Aumento do risco de inconformidades contratuais, impactando diretamente a eficiência e a segurança da execução.

4.29. Tais fatores foram avaliados à luz das características técnicas dos itens (considerados em conjunto como grupo homogêneo), cuja natureza exige fornecimento por um único contratado, não por vinculação a marca ou fabricante específico, mas pela necessidade de garantir a uniformidade operacional e sanitária.



4.30. Dessa forma, não será reservada a cota, uma vez que a divisão do objeto, no presente caso, pode acarretar prejuízo ao conjunto da contratação, comprometendo a qualidade do fornecimento e o atendimento ao interesse público.

4.31. Ressalta-se, por fim, que a decisão foi pautada em critérios técnicos e proporcionais, preservando os princípios da isonomia, da competitividade e da eficiência, sem afastar indevidamente a participação de ME/EPP no certame, mas apenas afastando, de forma justificada, a reserva de cota.

5. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente:

5.1.1. Quando de responsabilidade da Contratante, disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução do objeto;

5.1.2. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;

5.1.3. Enviar a Autorização de fornecimento à CONTRATADA;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

5.1.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na entrega do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo mínimo necessário;

5.1.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.8. Efetuar os pagamentos à Contratada no valor correspondente à execução, na forma e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

5.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



5.2. São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente:

- 5.2.1. Entregar o objeto conforme fixado neste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- 5.2.2. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.2.3. Realizar os fornecimentos em perfeitas condições, conforme especificação, prazo e local estipulados, constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 5.2.4. Responsabilizar-se tecnicamente pelos objetos constantes deste Termo de Referência;
- 5.2.5. Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;
- 5.2.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na pessoa de empregado, preposto ou terceiros a seu serviço, na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinentes ao objeto deste Termo de Referência;
- 5.2.7. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;
- 5.2.8. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto ao objeto;
- 5.2.9. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste objeto ou os dele resultantes;
- 5.2.10. Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, durante toda a vigência da ata de registro de preços e/ou contrato;
- 5.2.11. Manter durante todo o período de vigência da ata de registro de preços e/ou contrato as mesmas condições exigidas para habilitação;
- 5.2.12. Executar a prestação com integral observância das disposições contidas na ata de registro de preços e/ou contrato;
- 5.2.13. Zelar para que seu pessoal mantenha a disciplina nos locais da prestação, obedecendo rigorosamente às normas estabelecidas pelo Município de Barão de Cocais, que poderá exigir, a qualquer tempo, o imediato afastamento e a substituição de qualquer



empregado da empresa a ser contratada que apresente conduta inconveniente ou insatisfatória;

5.2.14. Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre a ata de registro de preços e/ou contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;

5.2.15. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21;

5.2.16. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;

5.2.17. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do objeto;

5.2.18. Cumprimento das demais cláusulas previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

6.1. **Responsabilidade pelo transporte:** A Contratada se responsabilizará por todos os ônus relativos ao fornecimento dos produtos, inclusive descarga, fretes e seguros desde a sua origem até a entrega no local do destino.

6.2. **Prazo de entrega:** O fornecimento dos gêneros alimentícios deverá ocorrer conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.2.1. Produtos entregues em desacordo com as especificações ou em condições inadequadas serão recusados, devendo ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.4. No momento da entrega dos itens, os produtos fornecidos devem estar em perfeitas condições de higiene e conservação, livres de contaminações físicas, químicas ou biológicas.



As embalagens dos produtos devem estar intactas, sem perfurações, e expressar claramente a data de validade e informações do fabricante.

6.5. Os produtos entregues serão submetidos a avaliação visual e de qualidade, quantitativamente conforme Autorização de Fornecimento e condições do Termo de Referência e seus apêndices.

6.6. As entregas serão realizadas de forma parcelada, conforme a demanda do Setor de Alimentação Escolar.

6.7. No ato da entrega, deverão ser observadas as condições dos produtos, incluindo: data de fabricação, prazo de validade, integridade das embalagens e conformidade com as condições de armazenamento indicadas pelo fabricante.

6.8. Para produtos com validade definida, o prazo remanescente no momento da entrega não poderá ser inferior a 70% (setenta por cento) do prazo total estabelecido pelo fabricante.

6.9. A responsabilidade pela carga, transporte e descarga será integralmente da contratada, devendo ser utilizados veículos adequados ao tipo de produto, com controle de temperatura quando necessário.

6.10. Somente serão aceitos os produtos que estiverem em conformidade com as especificações técnicas e quantitativos definidos na Ordem de Fornecimento.

6.11. **Local e horário de entrega:** Os produtos deverão ser entregues no Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, situado à Rua Padre Mauro Faria, 290, Viúva – Barão de Cocais, no horário das 7:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira.

6.12. **Especificação da garantia:** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

7.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.10. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

7.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.12. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.

7.13. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.

7.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.15. O fiscal do contrato participará da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;



7.16. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

7.17. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

7.18. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.19. O fiscal do contrato examinará a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, comunicará ao gestor do contrato para providências cabíveis;

7.20. O fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportará ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.21. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.

Gestor do Contrato

7.22. O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização;

7.23. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.24. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.25. O gestor do contrato coordenará a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e verificar a necessidade de adequações ao contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

7.26. O gestor do contrato requererá junto à Coordenadoria de Contratos e Atas, em tempo hábil, a renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

7.27. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente à Coordenadoria de Contratos e Atas para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;



7.28. O gestor do contrato elaborará o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

7.29. O gestor do contrato coordenará a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais;

7.30. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

7.31. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor: Maria Madalena Fernandes - Secretária Municipal de Educação

Fiscal: Mônica Aparecida Lopes - Professor I

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Forma de Pagamento

8.8. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal, que deverá ser apresentada juntamente com o relatório das medições (comprovantes das entregas), através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.9. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.10. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o fornecimento do objeto.

8.11. Nas Notas Fiscais deverão constar os dados bancários completos da CONTRATADA, sob pena de não realização do pagamento até a sua efetiva apresentação.

8.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, bem como a comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverá ser providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, a critério da Administração, a CONTRATADA regularize sua situação. Não havendo regularização, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.13. Os valores referentes às obrigações financeiras decorrentes de penalidades ou inadimplências de responsabilidade da CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da CONTRATANTE.

8.14. O pagamento das Notas Fiscais não significa sua aprovação definitiva pela CONTRATANTE. Assim, todo pagamento que posteriormente vier a ser considerado contratualmente indevido será descontado de pagamentos posteriores devidos à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.

8.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



8.16. A CONTRATADA não poderá pleitear qualquer adicional nos preços por faltas ou omissões que porventura venham a serem verificadas em sua proposta.

8.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato ou outros documentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

8.18. Nos casos de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

Reajuste

8.19. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/04/2026.

8.20. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.21. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.22. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.23. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.24. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.25. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.26. O reajuste será realizado por apostilamento.



9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos de **habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista**, conforme disposto no instrumento convocatório.

Qualificação Econômico-Financeira

9.4. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 1.458.835,40 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Quanto à indicação de dotações orçamentárias, estas deverão ser observadas por ocasião das futuras contratações que venham a ser concretizadas durante a vigência da Ata, conforme previsto no art. 17 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e art. 104 do Decreto Municipal nº 247/2023.

Barão de Cocais/MG, *data da assinatura eletrônica.*

Maria Madalena Fernandes
Secretária Municipal de Educação